



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A EXPERIÊNCIA DE UMA EDUCADORA E O ESTUDANTE COM PC: UMA REFLEXÃO INICIAL

Raissa Brito Marinho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – raissamarinho17@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo descrever o atendimento educacional especializado direcionado a um estudante com Paralisia Cerebral. Diante disso, procuramos destacar um breve processo histórico sobre a educação especial, analisando dentro desse aspecto o percurso e a criação do conceito de Paralisia Cerebral; procuramos também elucidar questões acerca das dificuldades que os sujeitos com PC possuem no meio social e na instituição escolar. Dessa forma, a pesquisa foi elaborada a partir de uma entrevista e um questionário realizado com uma professora de uma sala de recursos multifuncionais da rede estadual da cidade de Natal, na qual lidou diretamente com um aluno com Paralisia Cerebral. Nesse sentido, compreendemos a importância do estudo da Educação Especial por meio de uma concepção inclusiva, destacando algumas contribuições de Vygotsky para o trabalho com alunos que possuem necessidades especiais, dando ênfase ao sujeito com Paralisia Cerebral, além de ressaltar a importância do papel do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem, na medida em que esse pode possibilitar a esse aluno um desenvolvimento físico, intelectual, social e cultural de forma construtiva.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão, Paralisia Cerebral e Mediação.

INTRODUÇÃO

As temáticas relativas à Educação Inclusiva estão expressas nos debates atuais acerca dos processos educacionais. Essas temáticas preconizam o convívio com a diversidade, almejando uma sociedade democrática e não excludente. Entretanto, ainda há muito que se construir para que a escola seja, de fato, inclusiva. Diante disso, este trabalho possui o objetivo de relatar as características do processo de escolarização de uma criança com Paralisia Cerebral na perspectiva de uma professora de uma sala de recursos multifuncionais de uma escola da rede estadual do Rio Grande do Norte.

Para França (2000, p.20) “A Paralisia Cerebral é um termo usado para descrever um grupo de desordens não progressivas que ocorrem nas crianças, cujas dificuldades motoras são causadas por uma lesão no Sistema Nervoso Central”. Segundo a mesma autora, as crianças que possuem PC,



apresentam insuficiência no sistema motor e não necessariamente na capacidade cognitiva, dependendo da gravidade da Paralisia Cerebral.

Assim, os alunos com PC podem necessitar de auxílios específicos às habilidades de vida diária como: locomoção, movimentos dos membros superiores e postura da cabeça e pescoço. A diferenciação ou ausência dos movimentos podem acarretar em dificuldades para as atividades escolares. Desse modo, é indispensável que a instituição escolar em que esse estudante está inserido atenda as suas necessidades, que o professor tenha uma boa relação com a família do aluno, que possibilite estratégias adequadas para transmitir conhecimentos e avaliar seu desenvolvimento, além de utilizar recursos de Tecnologia Assistiva (TA), se a escola disponibilizar, e materiais adaptados que possam ser utilizados por esses alunos. Nesse sentido, é importante enfatizar que as “dificuldades de aprendizagem ou mesmo de desenvolvimento motor devem ser levadas em consideração no processo de ensino/aprendizagem” (LE BOULCH, 1984), de forma a não negligenciar as suas especificidades.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, configurada a partir de um estudo exploratório.

Nesse sentido, para Rey (1998, p.42) “a investigação qualitativa substitui a resposta pela construção, à verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação”. O pesquisador é atraído por suas motivações e interesses em busca de compreender opiniões, comportamentos e expectativas de um indivíduo ou mesmo do grupo em que este está inserido, ou seja, o pesquisador é levado a investigar, explorar ou mesmo “familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido” (GIL 2008, p.56).

Diante disso tal pesquisa foi elaborada a partir de uma entrevista e um questionário realizado com uma Pedagoga especializada em Psicopedagogia e Psicomotricidade, na qual trabalha em uma sala de recursos multifuncionais de uma escola estadual, localizada na zona norte da cidade de Natal.

Nesse contexto é importante ressaltar que para Gil (2008), a entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado com o objetivo de observar sua prática e lhe formular perguntas, ou seja, a entrevista é um mecanismo fundamental, no momento em que se deseja mapear práticas, atitudes e valores de universos sociais específicos. De acordo com isso e segundo o mesmo autor define-se questionário “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos



elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Dessa forma, a metodologia explorada na pesquisa é o relato de experiência, utilizando a psicologia sócio-histórica como aporte teórico para a análise do processo de escolarização de um estudante com PC. Na abordagem de Vygotsky a condição humana tem origem a partir das relações sociais, na medida em que a participação do outro é essencial na construção intelectual e social do indivíduo. Assim, percebe-se que o desenvolvimento cognitivo de todos os alunos incluindo a condição de deficiência tem como princípio a interação do sujeito com seus pares e com o meio social e cultural.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Os resultados observados na pesquisa foram obtidos por meio de um relato de experiência apresentado por uma professora de uma sala de recursos multifuncionais de uma escola da rede estadual da cidade de Natal, que lidou diretamente durante dois anos com o aluno, mas especificamente do tipo Diparesia Espática, caracterizada pelo maior comprometimento nos membros inferiores do que nos superiores, ou seja, a função das mãos é um pouco mais preservada. Em aluno com Diparesia Espática a possibilidade de adquirir independência é maior. Assim, a criança com Paralisia Cerebral, como qualquer outra criança, para se desenvolver precisa estabelecer e vivenciar interações em seu meio social, escolar e familiar, com o objetivo de conquistar as condições necessárias para tornar-se um sujeito com possibilidades de interação escolar e social.

Dessa forma, verificou-se que as adversidades encontradas por alunos que possuem Paralisia Cerebral no âmbito escolar e no meio familiar são diversas, entre elas estão: a mínima preparação de profissionais da educação, principalmente os professores, para lidarem com esses alunos; a pouca acessibilidade que dificulta a locomoção para o ambiente interno e externo na escola; a ausência de recursos multifuncionais, em algumas escolas, para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem e a necessidade de uma equipe especializada, como professores, médicos e psicólogos para orientar a família, já que os pais são os principais agentes para desenvolver a autoestima e o desenvolvimento global da criança. Todas essas dificuldades são fatores que



contribuem para os problemas no desenvolvimento e no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Nessa perspectiva a educação inclusiva compreende e transforma a educação especial, tanto no meio escolar quanto fora dele. No entanto para chegarmos a esse paradigma de inclusão que vivenciamos hoje, muitas lutas e conquistas foram aos poucos alcançadas durante a história da educação especial.

Na antiguidade, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram eliminadas fisicamente, abandonadas ou mesmo perseguidas. Na Idade Média temos o fim do extermínio da pessoa com deficiência, além de uma concepção antagônica de debilidade, caridade X castigo. Na Idade Moderna, o humanismo exaltava o valor do ser humano, apresentando uma visão patológica da deficiência, evidenciando, assim o menosprezo a sociedade perante esses indivíduos. Na Contemporaneidade, mais precisamente na década de 70, surge o movimento de integração, com o conceito de normalização, entendendo que devem ser dados meios para que os alunos com deficiência se integrem ao atendimento que lhes é oferecido. Com o passar do tempo, mais especificamente na década de 90, inicia-se as discussões a cerca do paradigma da inclusão escolar, no qual debates acerca desse paradigma são defendidos até os dias atuais. No entanto, ainda é bastante notório a concepção de estigma, mais precisamente de estereótipos que a sociedade estipula perante o “belo, o normal” gerando dessa forma controvérsias e discussões na efetivação da prática da inclusão desses sujeitos não só no âmbito escolar, mas também no social.

De acordo com Gofman, considera-se um estigma quando há uma disparidade específica entre a identidade real que é o conjunto de atributos que a pessoa mostra ter; e a identidade virtual que é também o conjunto de atributos que os indivíduos pensam dos outros que estão ao seu redor, desse modo, são imposições e exigências feitas a partir da ideia de normalização do indivíduo, ou seja, da pessoa dita “normal” dentro do meio social, não considerando as diversidades e as diferenças que cada um possui. Acresce que segundo a análise de Gofman, o estigma é um tipo de relação especial entre atributos que são características distintas e estereótipos que é considerado um padrão fixo, sólido.

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (GOFMAN, 1975: 12).

Nesse sentido, observa-se que a sociedade estipula meios para categorizar as pessoas consideradas “normais”, deixando de lado ou atribuindo os mais variados tipos de preconceitos as pessoas tidas como “diferentes”, sujeitos esses que não fazem parte de um padrão estabelecido culturalmente por determinado meio. Com isso, o estigma é caracterizado quando um indivíduo é rotulado por algo, baseado em um estereótipo, realçando assim a ideia de que o “correto” para determinado grupo social seria aquilo construído culturalmente para esse, ou seja, quando estigmatizo alguém baseado em um rótulo dentro de um grupo social, eu reafirmo as particularidades daquele grupo, não propondo mudanças de visão para essa situação, além de influenciar outros indivíduos que estão ao meu redor nesse posicionamento.

Diante disso, observa-se que a educação de crianças com deficiência ultrapassou vários obstáculos ao longo da história, para que de fato fosse estabelecida como uma filosofia que pressupõe a inclusão deste público no contexto social e, principalmente, no espaço escolar. Nesse contexto, procuro enfatizar algumas questões que transcorre o processo de escolarização da criança com necessidades educacionais especiais, especialmente daquelas que possuem paralisia cerebral dentro do contexto escolar.

A partir disso, faz-se necessário conhecer a paralisia cerebral, bem com o seu conceito, garantindo assim sucesso e seu percurso vigente e futuro. Segundo (SOUZA, 2005, apud LOURENÇO, 2008, p.28) a Paralisia Cerebral é caracterizada como “um grupo de desordens de movimento e de postura, causando limitações de atividades, que são devidas a alterações não progressivas que ocorreram no cérebro fetal ou infantil”, ou seja, a paralisia cerebral; ou a “lesão cerebral traumática (...) adquirida, causada por força física externa, resulta em deficiência funcional total ou parcial ou deficiência psicomotora, ou ambas, (...) podendo ocorrer em qualquer faixa etária (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, a paralisia cerebral foi descrita pela primeira vez em 1843, por um ortopedista inglês chamado William John Little. Ele escreveu que essa enfermidade afetava as crianças nos primeiros anos de vida, caracterizada por rigidez muscular, relacionando essa à hipoxia perinatal (insuficiência de oxigênio no cérebro) e aos traumas de parto como aspectos determinantes de lesões cerebrais irreversíveis. (ROTTA et al., 1983, ROTTA, 1997 e PIOVESANA, 1998). Com o passar do tempo em 1987, Sigmund Freud empregou o termo paralisia cerebral, dando a entender



que o sujeito acometido por essa, ficaria imobilizado, ou mesmo possuiria algum déficit cognitivo, fato este que ocorre apenas com uma parcela das pessoas que possuem PC (PELLEGRINO, 1995). Nesse contexto, é importante ressaltar que alguns autores consideram esse termo inadequado, por dar destaque aos aspectos motores, sensoriais e intelectuais. Diante disso, alguns especialistas têm adotado o termo “Incapacidade Motora Cerebral – IMC”, procurando evitar, assim, a relação do termo com o julgamento da capacidade motora e intelectual da pessoa que possui paralisia cerebral.

Nessa perspectiva a inclusão na educação é um meio e de garantir uma maior equidade e crescimento de sociedades mais inclusivas. No entanto, a qualidade da educação inclusiva ainda é um desafio que precisa ser assumido pelos educadores e por toda esfera social, com objetivo de promover verdadeiramente o processo de ensino e aprendizagem o desenvolvimento pessoal de todos.

Dessa forma para que a educação inclusiva seja reconhecida efetivamente é necessário que todo meio social saiba valorizar e aceitar a diversidade, visto que somos todos diferentes, cada um com suas características, suas capacidades e dificuldades. Nesse sentido, procuro destacar neste trabalho, a crença de que todos são capazes de apreender e de se desenvolver, mesmo com suas dificuldades, dentro da sociedade.

É importante ressaltar que a educação inclusiva é um assunto que vem sendo debatido com bastante frequência nos dias atuais. Desse modo, aos poucos a sociedade e conseqüentemente a opinião pública está cada vez mais consciente sobre tal temática. Acresce que dispositivos legais para a inclusão foram e ainda estão sendo criados com o objetivo de realmente incluir os sujeitos que possuem alguma necessidade especial não só no meio educativo, mas também no social. Um dos exemplos desses dispositivos legais no âmbito educacional é o artigo 59 da LDB, garantindo que:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades.

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtudes de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelaram capacidade de isenção no trabalho competitivo, mediante a articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual, ou psicomotora.

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular.

Apesar disso, a educação especial, vista a partir de um contexto inclusivo ainda é tida como desafio para os professores da educação diante das dificuldades encontradas, como a ausência de acessibilidade em muitas escolas, à carência de suporte pedagógico conveniente ao trabalho satisfatório com esses alunos e principalmente a falta de preparação (formação continuada) para os profissionais que lidam diretamente com seus educandos. A vista disso, os princípios de “inclusão” encontrados em diversas instituições educacionais brasileiras, apresenta ainda um déficit, muitas vezes incoerente com a proposta educativa adequada para esses alunos.

Segundo Geralis (2007, P. 15): “A paralisia cerebral não é uma doença e sim uma lesão cerebral que ocorre antes, durante ou dentro dos primeiros dias de vida ou após o nascimento”. Nesse contexto, a paralisia cerebral é uma lesão de uma ou mais partes do cérebro, provocada na maioria das vezes pela falta de oxigenação das células cerebrais. Ao contrário do que muitas vezes pensamos, os portadores possuem uma inteligência normal (a menos que a área do cérebro afetada seja a do pensamento e memória). Desse modo, procuro destacar neste trabalho a contrariedade da concepção de que todos os sujeitos que possuem paralisia cerebral possuem conseqüentemente algum déficit intelectual, além de elucidar a atitude de uma professora, da rede estadual da cidade de natal, frente à inclusão de uma criança, com essa respectiva necessidade na classe regular.

É fundamental destacar que esse tema além de importante é também imprescindível para nossa formação como professores, na medida em que nós possuímos um papel crucial na vida e no desenvolvimento intelectual e motor desses alunos, tentando minimizar alguns dos seus problemas. Nesse sentido, a significativa relação entre professor e aluno, a partir de atitudes motivadoras e integrais torna-se uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. Com isso, o conhecimento aos poucos vai adquirindo forma, além de restituir-se como um processo de construção de novas informações e aprendizagens, marcadas conseqüentemente pelo âmbito social e cultural.



Segundo Vygotsky a condição humana tem origem a partir das relações sociais, na medida em que a participação do outro é essencial na construção intelectual e social do indivíduo. A partir disso, percebe-se que o desenvolvimento cognitivo de todos os alunos, e principalmente daqueles que possuem alguma especial se dá por meio da interação social, em suma, da interação com os outros e com o meio.

A partir de uma significativa relação entre professor e aluno, o aprendizado torna-se mais interessante. Desse modo é imprescindível que o professor busque cotidianamente atitudes e métodos que despertem a curiosidade de todos os alunos, principalmente daqueles que possuem alguma necessidade especial, seja essa educativa ou mesma física, com o objetivo de agir como intermediário entre os conteúdos da aprendizagem e a atividade construtiva de cada aluno.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento intelectual e cultural se da a partir das interações estabelecidas entre o individuo e o meio social, Vygotsky afirma que:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são retratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre historia individual e historia social (VYGOTSKY, 1989, P. 33).

Com isso, o autor defende que a mediação estabelecida entre o sujeito e objeto é essencial na construção do ser humano, pois é através dessa mediação que o sujeito consegue interiorizar as manifestações culturais vivenciadas naquele determinado espaço.

Nessa perspectiva de interação, é imprescindível que o aluno que possui alguma necessidade especial, mais especificamente a paralisia cerebral faça parte de um processo interativo, no qual se deve levar em conta as características, possibilidades e recursos estabelecidos na instituição escolar. Infelizmente, essa realidade não é constatada em muitas escolas do nosso país. Dessa forma, os professores muitas vezes, ficam expostos a buscar e criar seus próprios instrumentos e recursos, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento dessas crianças.

Diante disso, procuro enfatizar nessa pesquisa, a fala de uma professora de uma sala de recursos multifuncionais de determinada escola da rede estadual do Rio Grande do Norte na cidade de Natal, na qual lidou diretamente durante dois anos passados com um aluno com Paralisia Cerebral, mas especificamente do tipo Diparesia Espática, caracterizada pelo maior



comprometimento nos membros inferiores do que nos superiores, ou seja, a função das mãos é um pouco mais preservada. Nesse caso, a possibilidade de adquirir independência é maior.

O primeiro contato quando cheguei para trabalhar como professora auxiliar de Felipe (nome fictício) foi com sua mãe, com a professora e com os alunos que formavam aquela turma. Percebi primeiramente que a professora não possuía um domínio de sala, pois a turma era bastante agitada, além de possuir mais um aluno com paralisia cerebral. Aí aos poucos a professora foi se aproximando e disse assim: O aluno Felipe fica aí na cadeira de rodas, ele não dá maiores trabalhos. Ouvindo o que a professora tinha falado, a mãe de Felipe olhou e disse para mim: Meu filho não aprende. Aquela situação me deixou bastante triste e irritada. E naquele mesmo momento olhei para mãe da criança e disse: Eu vou lhe mostrar como seu filho aprende. (Professora Entrevistada).

É observada nessa situação a crença da professora e até mesmo da família em acreditar que esse aluno não era capaz de aprender ou mesmo de se desenvolver em âmbito social. Tal realidade, não se mostra diferente das opiniões e atitudes desempenhadas por outros docentes, diante das dificuldades enfrentadas dia após dia por esses profissionais, como a ausência ou a mínima quantidade de recursos multifuncionais; a insuficiente demanda de preparação dos professores que lidam diretamente com alunos que possuem alguma necessidade especial; o número elevado de alunos em sala de aula; além das mudanças que ocorrem no sistema educacional principalmente no que se refere à inclusão, na medida que exige uma nova postura dos professores, pois as competências profissionais só podem e só devem ser construídas a partir de uma prática reflexiva.

Nesse contexto, o aluno com paralisia cerebral necessita cotidianamente de apoio e incentivo familiar, com o objetivo de desenvolver suas capacidades motoras e cognitivas. Todavia, em alguns casos, o despreparo familiar, os estereótipos reproduzidos pela sociedade ou pela própria família, além do sentimento de perda da expectativa de ter um filho “perfeito” mostra-se superior a convicção de acreditar em suas capacidades, prejudicando, dessa forma, o desenvolvimento da criança.

O processo com a família foi iniciado a partir de uma orientação desde a higiene pessoal até ao olhar diferenciado da própria mãe sobre o seu filho. Era preciso retirar essa mãe de um processo de luto absoluto, a fazer acreditar que tal situação não era um “castigo”, ou seja, a fazer acreditar na capacidade do seu próprio filho. Depois de algum tempo e de um efetivo trabalho com a família pude perceber que aos poucos a visão dessa mãe sobre o seu filho ia sendo modificada. (Professora entrevistada).

Diante disso, é importante que a família supere esse sentimento de perda, de luto e aposte na crença de que os sujeitos que possuem necessidades especiais são capazes de se desenvolver de



forma significativa, visto que a base do processo de convivência e aprendizagem de uma criança com deficiência deva ser iniciada em âmbito familiar de maneira sólida e construtiva.

Com isso procuro destacar nessa pesquisa que os sujeitos que tem PC, não possuem necessariamente alguma limitação intelectual, apresentando desse modo, inteligência normal.

Com o passar do tempo pude perceber que a cognição do aluno que eu acompanhava era bastante preservada. Ele não conseguia falar, mas, no entanto, ele compreendia a maioria das situações que ocorriam a sua volta, conseguindo se comunicar por meio de uma prancha de comunicação. (Professora Entrevistada).

Diante disso, é necessário que não só a comunidade escolar, mas toda a sociedade considere as necessidades especiais de uma criança ou de um jovem como mais uma das diferentes características que todos nós possuímos. Sendo assim, respeitar particularidade encontrar formas adequadas para auxiliar no desenvolvimento desse educando, a partir da utilização de recursos de TA (Tecnologia Assistiva), ferramenta que engloba produtos, recursos, metodologias e estratégias que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação de pessoas com necessidades educativas especiais, visando sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social. Acresce a utilização de materiais adaptados que podem ser utilizados pelos alunos que possuem alguma dificuldade motora como o engrossador de lápis, alfabeto móvel, ábaco de argolas, facilitador de punhos, colmeia, prancha de comunicação, entre outros recursos auxiliares no desenvolvimento dessas crianças. Dessa forma, as Tecnologias Assistivas vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo (LEVY, 1999).

É importante enfatizar que o processo de socialização é determinante para o desenvolvimento da compreensão, do pensamento e da aquisição da linguagem oral, fundamental para o acesso ao conhecimento elaborado. Nessa perspectiva mesmo diante das dificuldades que essas crianças possuem com relação a uma boa dicção da linguagem oral, é fundamental apostar e estabelecer a participação do adulto como auxiliador, ou seja, como mediador do processo de ensino e aprendizagem destinado a essas crianças. A vista disso, Vygotsky (1998, P.73) afirma:

A transição para a atividade mediada muda fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica.



A vista disso é de fundamental importância que os professores auxiliem no desenvolvimento desses alunos a partir de uma significativa mediação entre o aluno e processo de ensino e aprendizagem. Além desse profissional e toda comunidade escolar não considerar a necessidade dessa criança como um impedimento para o seu desenvolvimento possibilitando, assim o crescimento cognitivo, motor, crítico e cultural desses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social e escolar exige a transformação de pensamentos, mudanças de vida, reflexões e principalmente a valorização da diversidade humana. Desse modo, é através da convivência com a diversidade que as crianças constroem o processo de inclusão social, deixando de lado a visão preconceituosa contra o indivíduo que possui necessidades especiais ou não.

Assim, a criança com Paralisia Cerebral, como qualquer outra criança, para se desenvolver precisa estabelecer e vivenciar interações em seu meio social, escolar e familiar, com o objetivo de conquistar as condições necessárias para tornar-se um sujeito com possibilidades de integração dentro da sociedade.

É importante ressaltar que a convivência constante entre alunos que possuem alguma necessidade especial, como a Paralisia Cerebral, com outros alunos possibilita uma escola onde estes indivíduos possam ser aceitos e não olhados com estranheza, insatisfação. Desse modo, o respeito ao indivíduo só será possível, quando as escolas começarem desde as séries iniciais a proporcionar essa convivência, aceitando assim, o potencial e a capacidade que esses alunos possuem.

Nesse contexto, é necessário enfatizar que o ambiente familiar e escolar deve proporcionar condições para que as crianças vivenciem atividades agradáveis, por meio de uma satisfatória mediação não apenas entre professor e aluno, mas também entre pais e filho. A fim de evidenciar que a inclusão de indivíduos com Paralisia Cerebral no meio social e escolar é possível.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/paulopaim/pages/vida/publicacoes/textos>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.

FERREIRA, Maria Aparecida. **Alfabetização de alunos com paralisia cerebral no ensino regular de Itapatinga- MG: Um estudo de caso**. Brasília. 2011.

FRANÇA R., “A dinâmica da relação na fratria da criança com paralisia cerebral”. Quarteto, Coimbra, 2000.

GIANNI, M. A. Paralisia Cerebral. In: TEIXEIRA, E. et al. **Terapia Ocupacional na Reabilitação Física**. São Paulo: Roca, 2003, p.89-100;

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

GOFMAN, E. (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.) Rio de Janeiro: LTC.

LE BOULCH, Jean. **A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.

LOURENÇO, G. F. **Protocolo para avaliar a acessibilidade ao computador para alunos com paralisia cerebral**. Dissertação. 2008. 212 f. (Mestrado em Educação Especial (Educ. do Indivíduo Especial)) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2008.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa. **Traduções para as palavras diferença/deficiência: um convite à descoberta**. In MAGALHÃES, R. Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, 2002, p.21-23.

Rede Saci. **Perguntas mais frequentes sobre a deficiência**. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1672>. Acessado no dia 10 de out de 2016.

REY, F. **Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social**. **Psicología & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 32-52, 1998.

ROTTA, Newra Tellechea. A neuropediatria e o hospital: encefalopatia crônica da infância. In: CECCIM, Ricardo Burg; CARVALHO, Paulo R. Antonacci (Org.). **Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. cap.14, p. 124-129.

SCHIRMER, Carolina Rizzoto. **Tecnologia Assistiva e Inclusão**. UERJ.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.